



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
43ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
SABRINA DE FARIA FROES LEÃO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 12.612, de 30-4-2012  
Data da instalação: 17-12-2013  
Data de implantação do PJe: 24-3-2015**

**Jurisdição: Belo Horizonte.**

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-8-2022, p. 7.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 1º-7-2021

Às 13 horas do dia nove de setembro de 2022, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na 43ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Goitacazes, 1.475 – 15º andar, conforme Ato Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Sabrina de Faria Froes Leão**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Cláudio Antônio Barcelos; os servidores Jaqueline Miranda de Lana, Juana Esteves Parreira Mara Antônia Barboza de Oliveira, Mariana Cavallini Horta, Paula Christina Silva e Lima, Rodrigo Avelar Diniz e Simone Andréa Vieira de Jesus Teixeira. Na forma Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 o servidor Rodolpho Moreira de Jesus. Presente a estagiária Ellen Braga de Souza Rocha. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Isabella Silveira Bartoschik**, em licença médica e a a servidora Rozana Hipolito Antunes, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 671 processos, distribuídos neste ano até o dia 4-9-2022, apurando-se a média de 4,1 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu até o dia 4-9-2022, 52 cartas precatórias, dentre elas, 31 executórias. Das recebidas em 2022, 39 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 554 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses 219 processos foram remetidos neste ano até o dia 4-9-2022.

**1.4. PROCESSOS COM O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO** – Há 19 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



**1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 35 processos com perícia designada, aguardando laudo.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 222 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 15 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 30 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado com Tema já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

## **1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO**

### **1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

#### **PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:**

(de 1º-1-2022 até 4-9-2022)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	60
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	167
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	27



Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	7
--	---

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

### 1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 366 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 218 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 148 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2022 até 04/09/2022

No ano anterior, até dia 04/09/2021, havia 365 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 231 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 134 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

### TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2021 e 2022 (dados apurados em 2022 até o dia 4-9)

#### Decisões na fase execução:

	2021	2022
<b>01-JANEIRO</b>	6	9
<b>02-FEVEREIRO</b>	28	22
<b>03-MARÇO</b>	10	21
<b>04-ABRIL</b>	17	10



<b>05-MAIO</b>	20	29
<b>06-JUNHO</b>	6	22
<b>07-JULHO</b>	16	14
<b>08-AGOSTO</b>	28	20
<b>09-SETEMBRO</b>	25	1
<b>10-OUTUBRO</b>	22	
<b>11-NOVEMBRO</b>	18	
<b>12-DEZEMBRO</b>	12	
<b>Totais</b>	<b>208</b>	<b>148</b>

**Alvarás expedidos:**

	2021			2022	
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF
<b>01-JANEIRO</b>	33			100	45
<b>02-FEVEREIRO</b>	67			137	95
<b>03-MARÇO</b>	73	8		176	108
<b>04-ABRIL</b>	48	32		97	54
<b>05-MAIO</b>	44	41		148	88
<b>06-JUNHO</b>	62	59		127	71
<b>07-JULHO</b>	68	44	2	147	83
<b>08-AGOSTO</b>	170	104		73	18
<b>09-SETEMBRO</b>	169	104		10	9
<b>10-OUTUBRO</b>	130	64			
<b>11-NOVEMBRO</b>	93	59			
<b>12-DEZEMBRO</b>	71	41			
<b>Totais</b>	<b>1028</b>	<b>556</b>	<b>2</b>	<b>1015</b>	<b>571</b>



**1.10. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 4-9-2022, existem 27 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
<b>Embargos de Declaração Pendentes</b>	12
<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	10
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	5
<b>Total</b>	27

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 12-9-2022 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;
- d) **instrução por videoconferência**
- e) **conciliação em conhecimento por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010663/22, 0010664/22, 0010762/20, 0010599/22, 0010640/22, 0010636/22, 0010639/22, 0010473/22 e 0010298/22.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010640/22, 0010636/22 e 0010639/22: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.



**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho não possuía processos migráveis.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010638/22, 0010897/21, 0010525/22, 0010602/22, 0010575/22, 0010308/22, 0010526/22, 0010527/22, 0010485/22, 0010468/22, 0011075/19, 0010557/19, 0000221/14, 0010609/20, 0000026/14, 0002604/14, 0000874/14, 0000243/14, 0010709/19, 0010190/21, 0010561/22, 0010560/22, 0010558/22, 0010515/22, 0010509/22, 0010332/22, 0010054/22, 0010106/22, 0010545/22, 0010543/22, 0010486/22, 0010552/22, 0010504/22, 0010501/22, 0010553/22, 0010536/22, 0010844/21, 0010193/22, 0010165/22, 0010139/22, 0010848/21, 0010506/22, 0010480/22, 0010554/22, 0010539/22, 0010255/20, 0010797/20, 0010588/21, 0010887/21, 0010258/22, 0010411/21, 0010936/19, 0010409/20, 0010788/20, 0010385/21, 0010863/19, 0010001/20, 0010388/21, 0010390/21, 0010862/19, 0010441/22, 0010443/22, 0010403/22, 0010547/22, 0010617/22, 0010078/22, 0010449/22, 0010537/22, 0010582/22, 0010561/22, 0010722/21, 0010860/21, 0010629/22 e 0010779/21.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

0010561/22, 0010560/22, 0010558/22, 0010515/22, 0010629/22 e 0010509/22: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis públicas em tramitação.

	Processo	Classe	Tarefa
Conhecimento	0010223- 76.2022.5.03.0181	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010405- 62.2022.5.03.0181	Ação Civil Pública	Aguardando prazo



**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

	Processo	Classe	Tarefa
<b>Conhecimento</b>	0010035-51.2021.5.03.0009	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010265-96.2020.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010292-11.2022.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo
	0010504-42.2016.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010810-69.2020.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010833-15.2020.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior
<b>Liquidação</b>	0001056-16.2014.5.03.0181	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências
	0011493-82.2016.5.03.0008	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2020	2021	2022
Procedimento sumaríssimo/ordinário	28	24	23
Instrução processo eletrônico	68	94	103

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2020	2021	2022
Procedimento sumaríssimo	10	13	26-9-22 - 10 dias
Procedimento Ordinário	10	12	27-9-22 - 11 dias
Instrução	138	112	15-3-23 - 101 dias



### DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

Ano 2022, até o dia 4-9, com 161 dias de expediente forense:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	28	0,174
Julgados procedentes em parte	182	1,13
Julgados improcedentes	93	0,578
Extintos com resolução de mérito	2	0,012
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>305</b>	<b>1,894</b>
Extintos sem resolução de mérito	41	0,255
Arquivamento	44	0,273
Desistência	26	0,161
Outras decisões sem resolução de mérito	9	0,056
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>120</b>	<b>0,745</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>425</b>	<b>2,64</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>153</b>	<b>0,95</b>
<b>Conciliações</b>	<b>211</b>	<b>1,311</b>
<b>Decisões de incidentes na liquidação/execução</b>	<b>72</b>	<b>0,447</b>
<b>Total</b>	<b>860</b>	<b>5,342</b>

Ano 2021, com 231 dias de expediente forense:

	2021	Média/dia útil
Julgados Procedentes	78	0,338
Julgados procedentes em parte	201	0,87
Julgados Improcedentes	94	0,407
Extintos com resolução de mérito	3	0,013
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com resolução de mérito</b>	<b>376</b>	<b>1,628</b>
Extintos sem resolução de mérito	53	0,229

Arquivamento	40	0,173
Desistência	51	0,221
Outras decisões sem resolução de mérito	43	0,186
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>187</b>	<b>0,81</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>563</b>	<b>2,437</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>187</b>	<b>0,81</b>
<b>Conciliações</b>	<b>318</b>	<b>1,377</b>
<b>Decisões de incidentes na liquidação/execução</b>	<b>74</b>	<b>0,32</b>
<b>Total</b>	<b>1.142</b>	<b>4,944</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia Covid-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h10min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15/20 minutos para as instruções.

Informou, ainda, o Secretário da Vara do Trabalho, que a Unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV) e do Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC).

A análise do determinado no artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da PORTARIA CONJUNTA GP/GCR/GVCR N. 120, de 20 de ABRIL de 2022 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.



**Audiências realizadas em agosto de 2022, com 21 dias úteis:**

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
<b>Conciliação em conhecimento</b>	1	0,048
<b>Conciliação em execução</b>	13	0,619
<b>*Encerramento de instrução</b>	0	0
<b>Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)</b>	39	1,857
<b>Inquirição de testemunha (juízo deprecado)</b>	0	0
<b>Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)</b>	31	1,476
<b>Una / Una (rito sumaríssimo)</b>	58	2,762
<b>Total</b>	142	6,8

\* Os encerramentos de instrução não são totalizados

**TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2021 e 2022**  
(dados apurados em 2022 até o dia 4-9)

**Audiências realizadas:**

	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>01-JANEIRO</b>	59	49
<b>02-FEVEREIRO</b>	131	137
<b>03-MARÇO</b>	156	167
<b>04-ABRIL</b>	140	128
<b>05-MAIO</b>	141	152
<b>06-JUNHO</b>	132	135
<b>07-JULHO</b>	138	195
<b>08-AGOSTO</b>	139	174



<b>09-SETEMBRO</b>	116	11
<b>10-OUTUBRO</b>	89	
<b>11-NOVEMBRO</b>	124	
<b>12-DEZEMBRO</b>	71	
<b>Totais</b>	1436	1148

**Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:**

	<b>Conhecimento</b>		<b>Execução</b>		<b>Liquidação</b>	
	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>01-JANEIRO</b>	14	5			2	1
<b>02-FEVEREIRO</b>	33	33	4	2	1	2
<b>03-MARÇO</b>	31	42	3		2	4
<b>04-ABRIL</b>	29	27	2	1	4	3
<b>05-MAIO</b>	32	41	4	1	1	3
<b>06-JUNHO</b>	25	27	3		3	2
<b>07-JULHO</b>	43	26	3	1	4	2
<b>08-AGOSTO</b>	27	29		1	1	3
<b>09-SETEMBRO</b>	37	2	3	1	1	
<b>10-OUTUBRO</b>	21		2		2	
<b>11-NOVEMBRO</b>	23		1		2	
<b>12-DEZEMBRO</b>	17		2		1	
<b>Totais</b>	332	232	27	7	24	20

**Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:**

	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>01-JANEIRO</b>	30	20
<b>02-FEVEREIRO</b>	75	92
<b>03-MARÇO</b>	105	91
<b>04-ABRIL</b>	84	98
<b>05-MAIO</b>	74	95
<b>06-JUNHO</b>	71	93
<b>07-JULHO</b>	77	63
<b>08-AGOSTO</b>	86	80



<b>09-SETEMBRO</b>	85	4
<b>10-OUTUBRO</b>	68	
<b>11-NOVEMBRO</b>	78	
<b>12-DEZEMBRO</b>	48	
<b>Totais</b>	881	636

**Despachos:**

	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>01-JANEIRO</b>	549	406
<b>02-FEVEREIRO</b>	923	808
<b>03-MARÇO</b>	1127	1003
<b>04-ABRIL</b>	967	873
<b>05-MAIO</b>	972	968
<b>06-JUNHO</b>	1003	951
<b>07-JULHO</b>	978	917
<b>08-AGOSTO</b>	1049	771
<b>09-SETEMBRO</b>	1028	83
<b>10-OUTUBRO</b>	875	
<b>11-NOVEMBRO</b>	844	
<b>12-DEZEMBRO</b>	540	
<b>Totais</b>	10855	6780

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

**5. Produtividade –**

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022 até 4-9</b>
Processos recebidos	781	883	671



Média por dia útil	3,4	3,8	4,1
Processos remanescentes do ano anterior - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (60, 61, 62, 65, 90060, 90061, 90062, 90065)	196	272	272
Sentenças anuladas	4	3	4
Total de processos para solução - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (26, 27, 29, 31, 32, 60, 61, 62, 65, 90026, 90027, 90031, 90032, 90029, 90060, 90061, 90062, 90065)	<b>981</b>	<b>1.158</b>	<b>947</b>
Processos solucionados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048, 90049)	647	881	636
Processos conciliados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 90039)	224	318	211
Produtividade	65,95%	76,07%	67,15%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 13,06% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2021 houve um aumento de 10,12%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

**MESOINDICADORES IGEST:** (de 1º-1-2022 até 4-9-2022)

**5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO:** O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.



**I01 – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento:** representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2017	2	5
2019	15	3
2020	16	2
2021	32	1
2022 – ano de referência	189	
<b>TOTAL</b>	<b>254</b>	<b>0,47</b>

**I02 – Indicador Pendentes:** representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	317

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	111

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	219

**I03** – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	27

**5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE:** o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

**I04** – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	630	107



**I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação:** representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	168	136

**I06 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução:** representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	68	768
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	730

**5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

**I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento:** representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

(fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	211
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	636

**I08** – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	636
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	675

**I13** – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	79
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	76

**5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

**I09** – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	317
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	663

**I10** – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	219
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	142



### 5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

**I11** – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	663
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	142
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

**I12** – Indicador Pendentes por Servidor: representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	317
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	219
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

Indicadores / Período de referência		Ano 2021 01/01/2021 a 31/12/2021	1º trim 2022 01/04/2021 a 31/03/2022	2º trim 2022 01/07/2021 a 30/06/2022
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,33	0,82	0,66
	I02 - Pendentes	737	742	645
	I03 - Taxa de conclusos	0,00	0,00	0,00



	com o prazo vencido (%)			
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	99,45	98,88	101,36
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	129,42	130,72	142,97
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	668,69	697,36	729,92
	I07 - Taxa de conciliação (%)	36,01	36,15	34,48
	I08 - Taxa de solução (%)	101,24	95,02	99,68
	I13 - Taxa de execução (%)	110,74	108,77	111,71
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	28,95	29,57	25,14
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	52,06	51,05	49,77
	I11 - Produtividade por servidor	118,11	118,33	125,00
	I12 - Pendentes por servidor	63,89	64,22	58,00
<b>Meso</b>	Acervo	0,17	0,21	0,19
	Celeridade	0,29	0,29	0,31
	Produtividade	0,59	0,63	0,59
	Congestionamento processual	0,45	0,47	0,43
	Força de trabalho	0,44	0,46	0,44
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,3904</b>	<b>0,4117</b>	<b>0,3904</b>
	Posição IGEST	56	59	47
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 01/08/2022)



## 6. ARRECADAÇÃO – Ano 2021

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$3.969.738,29	R\$1.318.215,41	R\$31.000.372,49

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Não foi encontrado excesso de prazo em 2021.

PJe

Escaneamento de petições não apreciadas: 3, mais antiga, 8-9-22.

Prazo vencido: 2 de 9-9-2022.

Cumprimento de providências: 213, doc. não apreciados: zero.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia Covid-19.

## 10. Gestão Estratégica

**Meta 1 CNJ/2022:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2022, até o dia 4-9-2022, o percentual alcançado foi de 97,66% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,25%.

Em 2021, quando a Meta era “Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 99,29% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,74%.



**Meta 2 CNJ/2022:** Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020, nos 1º e 2º graus.

No ano 2022, até o dia 4-9-2022, o percentual alcançado foi de 96,61% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,43%.

Em 2021, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 122,14% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 99,89%.

**Meta 3 CNJ/2022:** Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2022, até o dia 4-9-2022, o percentual alcançado foi de 86,68% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,43%.

Em 2021, quando a Meta era “Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,40% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,09%.

**Meta 5 CNJ/2022:** Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%. .

No ano 2022, até o dia 4-9-2022, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 30,21% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 39,31%.

No ano 2022, até o dia 4-9-2022, o percentual alcançado na fase de execução foi de 42,91% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,54%.

Em 2021, a Meta 5 era “Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%”, esta unidade organizacional atingiu o percentual na fase de conhecimento de 25,80% tendo atingido a meta, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 35,01%. O percentual alcançado na fase de execução foi de 34,89% tendo atingido a Meta. A média deste Regional para o mesmo período foi de 41,95%.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.



**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

**12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO EM FUNÇÃO DA Covid-19:**

Recomenda-se sejam observadas as medidas publicadas referentes ao Covid-19, especialmente, as Portarias GP/GCR/GVCR N. 120, de 20 de ABRIL de 2022 e GP/GCR/GVCR N. 61/2021 deste Regional.

**13. RECOMENDAÇÕES:**

**13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, que seja (m):

1) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

2) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao Covid-19;

3) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Bussiness Intlligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento



e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em <https://portal.trt3.jus.br/intranet/menu-tematico/servicos/paineis-interativos-bi>, conforme divulgação feita por meio do Ofício Circular conjunto N. GCR/GVCR/20/2021;

4) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

5) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

6) cumprida a Resolução Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda “aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capita e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária”;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;

8) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;

9) cumprido o Ofício-Circular N. GCR/45/2021 diligenciando naqueles processos arquivados definitivamente, após 14-2-2019, com depósitos judiciais/recursais, conforme art. 120 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, segundo o qual “É condição para arquivamento definitivo do processo judicial, quando na fase de execução, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo”;

10) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à



conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

11) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

12) realizado, pelas magistradas e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### 13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) observadas as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

2) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;

3) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2022**: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/ - 2022**: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/ - 2022**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40% e da **META 5 CNJ/2022**: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2021:**

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão em “ser reconhecido como instituição de excelência, com celeridade e efetividade na prestação jurisdicional”.

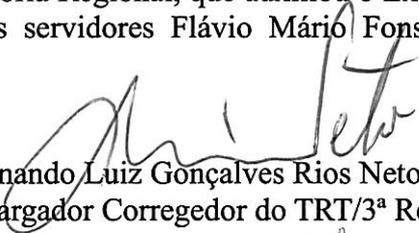
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

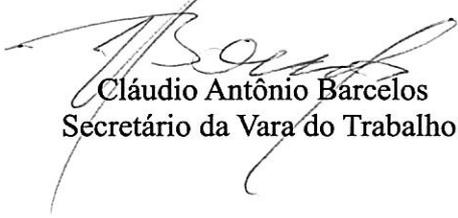
A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia nove de setembro de 2022, em sessão pública, nos termos do Edital n. 167, divulgado no DJe 8-8-2022, do que, para constar, a ata depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do



Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

  
Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto  
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

  
Sabrina de Faria Froes Leão  
Juíza do Trabalho Titular da Vara

  
Cláudio Antônio Barcelos  
Secretário da Vara do Trabalho